Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Mineração de Argila", de responsabilidade da CCB-Companhia de Cimento do Brasil-Cimpor, realizada no dia 13 de outubro de 2005, na cidade de Cajati-SP.

Realizou-se, no dia 13 de outubro de 2005, às 17h00, na Associação Desportiva Classista de Cajati, Av. Fernando Costa, s/n – Centro – Cajati- SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Mineração de Argila", de responsabilidade da CCB- Companhia de Cimento do Brasil-Cimpor. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos os que haviam comparecido: os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e dos órgãos públicos, os representantes das entidades civis e ambientalistas, os demais cidadãos, enfim, todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Mineração de Argila", de responsabilidade da CCB- Companhia de Cimento do Brasil-Cimpor. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção das Recursos Naturais-CPRN, Maria do Carmo Yustas. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a solicitação, convocação e condução das audiências públicas. Em seguida, após a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Maria do Carmo Yustas, informar em que fase do processo de licenciamento ambiental o projeto se encontrava e de tecer comentários a respeito da importância da participação da comunidade nas audiências públicas, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA. Depois da apresentação de um vídeo institucional sobre a empresa Cimpor - uma das maiores fabricantes de cimento do mundo - abordando sua importância no contexto regional de Cajati, o gerente industrial da Companhia de Cimentos do Brasil-Cimpor, Eduardo Baumhardt, ofereceu as seguintes informações: que a unidade de produção de Cajati situava-se estrategicamente no eixo de ligação entre as regiões sudeste e sul do Brasil, a 230 km de São Paulo, às margens da Rodovia Régis Bittencourt, principal via de escoamento do Mercosul e junto a uma grande reserva natural de calcário calcítico com cerca de setenta e três milhões de toneladas, que somadas às outras dezesseis milhões de toneladas estocadas junto à planta industrial somavam oitenta e nove milhões de toneladas de matéria-prima disponível; que a empresa buscava com o projeto a obtenção da licença ambiental para uma nova área de argila, matéria-prima indispensável na fabricação do cimento; que na região do entorno da fábrica, a Cimpor extraía de lavra própria argila - fonte de silício, alumínio e ferro - componentes químicos complementares ao cálcio, necessários para a fabricação de clínquer, cimento e argamassas; que a fábrica de Cajati se utilizava de pneus picados como combustível, reduzindo o consumo de combustíveis provenientes de fontes não renováveis e eliminando impactos ambientais causados por pneus inservíveis, reduzindo emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, sem gerar passivos ambientais; que a moderna logística e automação da expedição desta unidade proporcionavam o carregamento de produto com data e hora demarcados, permitindo

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

sistemas de comercialização diferenciados; que além do cimento a Unidade de Cajati também produz argamassas com aplicações específicas na construção civil como assentamento, revestimento, contra-piso e argamassa adesiva; que a responsabilidade social era uma prática corrente da empresa, além da busca constante de certificações ambientais e de qualidade. O representante da empresa consultora responsável pelos estudos ambientais, Ciro Terêncio Russomano, da Golder Associates Brasil Ltda, ofereceu as seguintes informações: que a Cimpor já desenvolvia suas atividades na região desde os anos 70 e pretendia com este projeto a ampliação das áreas de lavras de argila na região de Cajati, matéria-prima fundamental para a produção de cimento, passando de 50 hectares para 300 hectares no horizonte previsto de setenta anos, proporcionando a manutenção da atividade de fabricação do cimento, o nível de empregos na região, a geração de impostos e tributos, e a preservação de 145 hectares do maciço florestal existente na propriedade; que o cimento era produzido a partir de uma mistura de calcário com argila e outros componentes moídos e calcinados, utilizado na construção civil com o nome de Cimento Portland; que a argila era obtida de duas formas: em morrotes, ou seja, jazida de barranco ou em jazidas de baixadas, nas propriedades da CCB; que o calcário também utilizado na fabricação de cimento era o rejeito da produção de fosfato feito em Cajati, além da utilização de areia adquirida de terceiros, e outros componentes necessários para a fabricação do cimento, que eram obtidos com rejeitos de outras fábricas da região; que o projeto de ampliação das lavras abrangeria a melhoria e manutenção das estradas de acessos, a extração de argila de barranco e de baixada por escavação mecânica através do uso de escavadeiras e tratores, o transporte da argila em caminhões basculantes até a fábrica ou até o galpão de estocagem nas áreas de lavra, onde seria estocada em galpão coberto, homogeneizada no pátio da fábrica e utilizada na produção do cimento; que as lavras de argila da empresa localizavam-se nas áreas Parafuso-Bananal, a oeste da cidade e Pomerantz e Mariano a leste, esta última na qual se pretende implementar a ampliação da lavra, atualmente ocupada por bananicultura; com relação ao diagnóstico ambiental da área: a) a geologia se caracteriza pela existência de argila de baixada ou argila de barranco; b) a geomorfologia implica na formação das lavras de barranco, com morrotes de oitenta metros a trinta metros; c) a ausência de potencial arqueológico; d) a hidrogeologia constatou que as cavas não interceptariam o lençol freático; e) os estudos sobre os recursos hídricos superficiais apontaram para a necessidade de aterramento das cavas abertas nas áreas de baixada, tendo a empresa assumido a responsabilidade de fazer a recomposição topográfica e ambiental das áreas lavradas de argila de baixada; f) detectou-se também alteração na qualidade das águas tanto superficiais como subterrâneas principalmente pela presença antrópica nas áreas estudadas; g) realização de estudos sobre o clima, o solo, a qualidade de ar, medições de nível de ruído, levantamento da vegetação existente, fauna e sócio-economia; que com base neste diagnóstico foram identificados impactos principalmente relacionados à alteração do uso do solo e a alteração topográfica, com possibilidade de ocorrência de processos de assoreamentos, a serem mitigados com a adoção de sistemas adequados de controle; que a principal medida de mitigação a ser adotada na ampliação do empreendimento referia-se a reconformação topográfica das cavas de barrancos, adequando os taludes finais para o recebimento de revegetação, além do re-aterro das cavas de baixadas, revegetação das áreas lavradas, manutenção da frota de caminhões, de modo a reduzir as emissões, manutenção, sinalização e umectação dos acessos utilizados para expedição da argila e a implantação da cortina vegetal nas áreas de lavra; com relação às medidas de compensação dos impactos estava previsto o reflorestamento com espécies nativas, o enriquecimento das matas ciliares com vegetação nativa, sendo que a compensação financeira prevista na lei do SNUC, no valor de 0,5% do empreendimento seria destinada a investimentos em

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

unidade de conservação da região, a serem definidas pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente; que além destas medidas a Cimpor propunha ainda a averbação de maciço florestal com 145 hectares dos quais 120 hectares localizavam-se fora da área de preservação permanente e 25 hectares dentro da APP; que seria também realizado monitoramento ambiental do empreendimento, com medição dos níveis de ruído, da concentração de poeira em suspensão, verificação das qualidades das águas superficiais e subterrâneas, das condições de estabilidade dos taludes e o acompanhamento da revegetação das áreas mineradas e enriquecimento de matas no Rio Jacupiranguinha. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Alexandre Fundão Mendes, representante da ONG Meca – Movimento de Educação e Conservação Ambiental teceu os seguintes comentários: que lamentava a ausência da população nesta audiência pública, talvez por falta de divulgação adequada, mas que de qualquer forma era um desperdício para a sociedade local perder esta oportunidade de participação efetiva neste processo, questionando em seguida os seguintes aspectos: 1) de quem era a responsabilidade pelo passivo ambiental da fábrica de cimento desde sua construção em 1972; 2) se a fábrica viesse a ser vendida no futuro quem responderia por este passivo já existente; 3) se não tratava-se de um contra-senso o fato de a empresa gastar tantos recursos na elaboração deste EIA/RIMA e por outro lado não gastar nada para recuperação das áreas degradadas pela própria empresa ao longo dos anos; 4) que quando a empresa fala em ouvir a comunidade não seria mais interessante perguntar o que a comunidade quer e como ela vê a empresa, fazendo desta forma um contra-ponto entre a Cimpor e a comunidade; 5) quando seriam fechadas as crateras abertas na estrada da cidade, e como seriam recuperados o solo, a vegetação e a fauna presente na região, pois uma simples terraplanagem não resolveria os problemas ambientais da lavra, que na realidade sofreria um crescimento da ordem de 600%, passando de 50 para 600 hectares; 6) por que a empresa omitia o fato de extrair argila na beira do rio quando apresenta seu "Projeto Portas Abertas" a alunos de escolas da região e à comunidade em geral; 7) que Cajati era coberta em determinados dias pela poeira, trazendo problemas de saúde à população, e que questionava o que estava se prevendo nos estudos para área de saneamento, saúde e recuperação ambiental de forma mais abrangente; 8) que em relação ao assoreamento do rio Jacupiranguinha, que tinha apenas meio metro de água e poderia ser atravessado por qualquer pessoa com água na altura do joelho, embora tivesse sido prometida sua recuperação nada havia sido feito pelas indústrias de extração da região; 9) que a ONG Meca aguardaria as respostas para as questões levantadas, mas também colocava-se à disposição para participar dos avanços a serem implementados na região; 10) que a cada três meses os ambientalistas de Cajati pretendiam se reunir com a direção da Cimpor e com a equipe temática da cidade, composta de professores, biólogos e engenheiros, para cobrar a implementação de todas as medidas propostas no EIA/RIMA, trabalhando em conjunto para o benefício da cidade. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em nome próprio. Rildo Berlamino, teceu os seguintes comentários: com relação à fauna parabenizava a equipe consultora pelo levantamento das aves presentes na região de Cajati, ajudando o Município a conhecer melhor as suas espécies, algumas vulneráveis e com risco de extinção e outras endêmicas que só ocorrem nesta região, além do importante levantamento de dados obtidos nas áreas de saúde ambiental e das águas; com relação a anitofauna, todos tinham conhecimento de que onde existem aves o meio ambiente encontra-se preservado, e que os estudos realizados durante dois anos pela empresa consultora apontaram para a presença de duzentas e trinta e uma espécies de aves como bem-te-vi, pardal, tico-tico, 80% presentes nas florestas primárias, mas que a diversidade vinha baixando conforme a presença de seres humanos na região, sendo que na área do Bananal registrou-se apenas

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

12% da população de aves; que das espécies endêmicas existiam algumas em extinção como jacutinga, jaguaguaçu e macucu, lamentando que as futuras gerações possivelmente não chegarão a conhecê-las se não for feito um trabalho consistente de preservação dessas espécies; que ficara satisfeito com o fato do levantamento apontar para a presença em Cajati de 25 das 182 espécies endêmicas existentes no Brasil; que dezoito delas estavam ameaçadas de extinção de acordo com o EIA/RIMA na áreas de influência indireta do empreendimento; que era possível se associar o progresso e a conservação, afirmação esta que fazia parte do próprio relatório apresentado pela empresa, questionando quais ações da empresa no que se refere a avifauna, que tipo de programa seria implementado para tratar esse assunto específico, uma vez que as aves eram responsáveis pelo reflorestamento de áreas degradadas, distribuindo sementes através de sobrevôos; que a população de Cajati habituada a ter vários pássaros presos em gaiolas poderia se mobilizar e soltar estas aves criando o projeto "Solte seu pássaro", contribuindo para manutenção das espécies em extinção no Município"; que deixava uma frase para reflexão dos presentes: "provocarmos a extinção de uma espécie equivale a arrancarmos uma página de um livro que ainda não lemos, escrita em uma língua que mal compreendemos" João Batista comentou que a Cimpor vinha decapeando sua área de 50 hectares há anos e com a ampliação da área lavrável para 300 hectares questionava qual a quantidade de argila e de areia seriam consumidas no local e para um milhão de toneladas de cimento produzido quanto de subproduto voltaria para o solo como rejeito. Passou-se à etapa das réplicas. Eduardo Baumhardt, gerente industrial da Companhia de Cimentos do Brasil-Cimpor, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1. que a presença da ONG Meca era motivo de orgulho, pois as contribuições da entidade enriqueceriam o projeto, e os questionamentos seriam devidamente respondidos; 2. quanto a divulgação foram cumpridas todas as exigências legais pertinentes, enfatizando que também gostaria de ver mais pessoas participando da audiência; 3. com relação aos gastos com a elaboração do EIA/RIMA realmente foram elevados, mas garantiam ao empreendedor a certeza da realização de um estudo bastante abrangente e complexo, retratando com fidelidade a realidade da região, e desta forma, não pode ser visto como gasto e sim como investimento na percepção e no reconhecimento das características regionais; 4. com relação aos investimentos para recuperação de áreas degradadas seriam utilizados nas áreas chamadas argila de baixada, localizadas fora das APPs do rio Jacupiranguinha, cinqüenta metros a partir do seu leito, com recuperação do solo original reconstituindo-se, assim, a função social ou ambiental da propriedade, pois na medida em que se recupera a mata ciliar se recupera também um ambiente propício à preservação da fauna; 5. que a Cimpor vem realizando ao longo dos anos ações de responsabilidade social diante da comunidade de Cajati, como a recente pesquisa de percepção sócio-ambiental; 6. que embora a empresa não consumisse água do rio local, possuía estação de tratamento de esgotos em suas instalações; 7. que o projeto "Portas Abertas" funcionava como um canal de comunicação constante e transparente entre a empresa e a sociedade; 8. com relação às crateras as áreas de argila eram objeto do EIA/RIMA, e quanto a lavra de baixada estava proposta a recuperação da mata ciliar com ações de vanguarda em termos de recuperação ambiental; 9. com relação a emissão de poeira já existiam ações junto a Bunge no sentido de minimizá-las com o plantio de vegetação nas áreas de deposição de calcário, mas que esclarecia que as áreas da Cimpor eram basicamente de argila, com umidade da ordem de 15 a 20%, com emanação quase nula de poeira, sendo que em áreas onde existe poeira era feita a umectação das pistas em parceria com a Prefeitura Municipal; 10. com relação a campanha "Viva Rio", a empresa enquanto integrante da sociedade se colocava como parceira da ONG Meca, com a Câmara Municipal, com a Prefeitura, com a sociedade civil, visando a recuperação do rio

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Jacupiranguinha; 11. quanto ao volume da extração de argila ela correspondia a 15 a 20% da constituição do cimento, mais a areia na ordem de 1%, utilizada apenas para o acerte de módulos. O representante da empresa consultora responsável pela elaboração do EIA/RIMA, Ciro Terêncio Russomano, da Golder Associates Brasil Ltda, esclareceu: a) que para cada um milhão de toneladas de cimento eram necessárias duzentas mil toneladas de argila, provenientes de barranco e de baixada, e considerando-se a vida útil do projeto de mais setenta anos - se aprovada sua ampliação - seriam então consumidas dezoito milhões de toneladas de argila, enfatizando que até o momento, ou seja, pouco mais de trinta anos, o consumo não atingiu a marca de quatro milhões de toneladas de argila extraída; b) que a empresa possuía uma pequena lavra na área Parafuso-Bananal, com área de empréstimo, mas sem a presença de qualquer cratera, e também de uma estação de tratamento de esgoto da Sabesp localizada na área de Pomerantz, uma antiga área de lavra da empresa, já recuperada e reflorestada; c) que na área de lavra de barranco existem cavas abertas recentemente de onde estava sendo extraída a argila para a fábrica, que eram necessárias, pois se bombeia água que se acumula numa cava para outra para fazer a decantação, mas que futuramente todas elas seriam aterradas, ou seja, a recuperação das cavas se daria como o seu re-aterramento; d) que as cavas de argilas de baixada vão ser as únicas que vão ser aterradas, pois localizam-se no terreno de baixo e acumulariam água se não forem aterradas com material proveniente das próprias áreas de lavra ou das áreas de empréstimo de material, dentro da própria concessão de lavra; e) que a Cimpor também propunha a revegetação das matas ciliares e o enriquecimento destas matas; f) quanto ao levantamento da avifauna realmente foram encontradas espécies endêmicas, porém nenhuma com risco de extinção. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema informou que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas e que quem eventualmente ainda tivesse qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo teria o prazo de cinco (5) dias úteis para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Professor José Goldemberg, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Cecília Martins Pinto, Secretária-Executiva Adjunta do Consema, lavrei e assino a presente ata.

CMP/ARP

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br